

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Eduarda Cristina de Assis Marchon

**CONSIDERAÇÕES SOBRE RELIGIÃO, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA A PARTIR DE
FEUERBACH E MARX**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Eduarda Cristina de Assis Marchon, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672157A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CONSIDERAÇÕES SOBRE RELIGIÃO, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA A PARTIR DE FEUERBACH E MARX**, desenvolvido durante o período de ABRIL DE 2023 a JULHO DE 2023 sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 07 de julho de 2023.

Eduarda Cristina de Assis Marchon

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE RELIGIÃO, ALIENAÇÃO E IDEOLOGIA A PARTIR DE FEUERBACH E MARX

Eduarda Cristina de Assis Marchon¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre os conceitos de religião e alienação e ideologia a partir dos pensamentos de Feuerbach e Marx, verificando proximidades e interseções entre eles. Iremos aqui apresentar a crítica da religião de Feuerbach, e como esta teve influência em suas obras de forma que oportunizou a crítica marxiana. Partiremos apresentando aspectos da crítica da religião de Feuerbach centrado na crítica que este empreende da redução da teologia à antropologia. Na segunda parte adentraremos especificamente na perspectiva de Marx observando como a noção de alienação surge em seu pensamento, observando principalmente a influência de Feuerbach. Na terceira parte, apresentaremos o conceito de ideologia e como, com ele, Marx pretendeu estabelecer um ponto de inflexão em relação ao pensamento feuerbachiano. Desta forma, se apresentará aqui de que maneira a filosofia de Feuerbach abriu espaço para as profundas críticas social desenvolvidas por Marx, oriundas, sobretudo, da crítica daquele ao idealismo hegeliano e à religião em geral, bem como, de que modo Marx considerou necessário a superação do próprio pensamento de Feuerbach, tendo como horizonte o desenvolvimento de sua própria compreensão materialista

PALAVRAS-CHAVE: Religião; Alienação; Ideologia; Marx; Feuerbach.

INTRODUÇÃO

A assimilação por Marx das críticas empreendidas por Feuerbach se mostra diante de um duplo movimento, apresentando-se ordinariamente na forma de crítica da filosofia especulativa hegeliana e como valorização da materialidade na constituição da análise sobre o homem e suas relações. A partir disso torna-se pertinente analisar dedicadamente o conteúdo de tal assimilação, mostrando os meandros e limites da forma como se faz presente, assim como seu caráter positivo que rumará na formalização dos contornos essenciais para a teoria marxiana. Elencamos nesse trabalho um tema comum a ambos os pensadores que, de certa forma, ajuda a esclarecer em seus meandros o cerne do pensamento de ambos e suas especificidades teóricas. A identificação da compreensão do pensamento marxiano sobre a noção de religião e alienação desvela o ponto de partida do pensamento do autor. Isto se revelará ao encontrarmos o jovem Marx debruçado sobre a filosofia feuerbachiana, interpretando o pensamento religioso como mecanismo alienante do ser do homem, nutrindo uma espécie de antropologia², e, em seguida aplicando o conceito de alienação oriundo de Feuerbach, às relações de trabalho no seio da sociedade capitalista. A partir desse cenário, buscamos demonstrar que compreender o papel que a religião, a alienação e a ideologia ocupam nas obras destes determinados autores é sem dúvidas pressuposto para a compreensão do ensejo de algumas de suas ideias fundamentais. Estes pressupostos se apresentam com caráter fundante no pensamento de Marx, que de certa forma se delonga desde a juventude até a produção de suas obras tardias. A partir disto elencamos estas assimilações como horizonte chave de desenvolvimento desse trabalho. Entretanto há de se ter como análise a gênese em si de tais concepções de forma a distinguir também

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas. E-mail: marchon.eduarda@gmail.com

² É válido ressaltar que a concepção antropológica marxiana não se ancora sob uma visão essencialista, mas se caracteriza pela dinamicidade de produção do ser no processo do trabalho ao longo da história. Sobre esta noção observa-se a obra *Marxismo e Antropologia* de Gyorgy Markus.

o modo de aplicação dos conceitos de religião e alienação no interior do pensamento dos dois autores, tal qual como o de ideologia, apresentado posteriormente por Marx, se relacionam com eles. A partir disso, torna-se pertinente primeiro analisar dedicadamente a origem do conteúdo no interior do pensamento de Feuerbach, para, adiante, investigar os meandros e limites da forma como se faz presente na formalização de contornos essenciais para a teoria de Marx.

1. FEUERBACH E A RELIGIÃO COMO SUBJETIVAÇÃO DA VIDA HUMANA

Na sua obra de 1842, *Teses provisórias para a reforma da filosofia*, Feuerbach manifesta sua concepção na contramão do movimento geral do idealismo hegeliano, que reinava naquele período na Prússia, produzindo aquilo que Lukács enxergou como uma virada ontológica³ e abrindo caminho para o promissor materialismo que se manifestaria de diferentes maneiras ao longo do século XIX⁴. De outro modo, será com base em uma tentativa de subjugo da filosofia especulativa de Hegel, discriminada principalmente em suas *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1817) e em sua *Ciência da Lógica* (1812). As pretensões de Feuerbach podem ser intuídas a partir do título da obra que ele publicara, quer dizer, de fato pretendia fazer uma reforma na filosofia. Foi dessa maneira um tanto contundente que Feuerbach se lançara desde o início no debate de seu tempo, lançando-se à *corps perdu* no turbilhão teórico dos jovens hegelianos. Sua pretensão mais saliente visava por de ponta cabeça a fundamentação do pensamento de Hegel. Vejamos tal representação na citação abaixo:

Em Hegel, o pensamento é o ser; — o pensamento é o sujeito, o ser é o predicado. A lógica é o pensamento num elemento do pensamento, ou pensamento que a si mesmo se pensa, — o pensamento como sujeito sem predicado ou o pensamento que é simultaneamente sujeito e o seu próprio predicado. Mas o pensamento no elemento do pensamento é ainda algo de abstrato; por isso, realiza-se e aliena-se. Este pensamento realizado e alienado é a natureza, o real em geral, o ser. (FEUERBACH, 2002, p. 30-31)

O principal foco da oposição crítica de Feuerbach se revela pontualmente ao caráter obscuro que residia no princípio do movimento dialético proposto por Hegel, que não admitindo pressupostos, confundia a verdadeira relação entre ser e pensamento. Segundo Feuerbach o ser se fundamenta em si mesmo e a verdade subsistente nesta relação é que “o ser é o sujeito, o pensamento o predicado” (FEUERBACH, 2002, p. 31). Para Hegel a lógica seria a fundamentação e o princípio estrutural da natureza, onde essa se estabelece a partir da oposição com aquilo que Hegel chama de Ideia.⁵ Desta forma, o projeto filosófico de Feuerbach renega que a Ideia, em oposição à natureza, seria o princípio de todo o movimento dialético, de modo que, para ele, Hegel teria subvertido a verdadeira relação entre ser e pensamento ao subordinar a natureza à sustentação estabelecida pela Ideia. Criticando a filosofia hegeliana, Feuerbach acreditava estar criticando o cerne do problema entranhado na cultura de seu tempo, a saber, a alienação do homem em relação àquilo que está para além do homem. De outro modo, tal qual Hegel que ao postular a Ideia como princípio lançava para o além o princípio valorativo de todas as coisas, o homem alienava-se de si ao projetar para o além de si tal princípio. Grosso modo, Feuerbach encarou o absoluto postulado por Hegel como um efeito e como sustentação teológica da ideia de Deus (FEUERBACH, 2002, p. 71).

Tempos atrás, em sua obra magna *A essência do cristianismo* (1841), Feuerbach havia dito que “a religião se baseia na diferença essencial entre o homem e o animal — o animal não tem religião” (FEUERBACH, 1988, p. 43). O fundamento para esse juízo nada mais seria do que a diferença existente entre a consciência do homem e

³ Não há dúvida de que a virada provocada por Feuerbach no processo de dissolução da filosofia hegeliana teve caráter ontológico; e isso porque, naquele momento, pela primeira vez na Alemanha foram confrontados abertamente, com efeitos extensos e profundos, o idealismo e o materialismo. (LUKÁCS, 2012, p. 281)

⁴ A respeito do desdobramento que o teve o materialismo na Prússia ao longo do século XIX, Cf. BEISER, 2017, pp. 37-107.

⁵ “Enquanto se põe no elemento da oposição a si, da diferença de si, da particularidade, a Ideia existe, no sentido próprio. Está fora de si, exterior a si mesma: a Ideia como seu Outro é a Natureza” (HEGEL, 2012, p.421-422).

do animal. Mais especificamente, Feuerbach estava tomando como cerne diferenciador entre o homem e animal a consciência de si do homem, seu caráter autoconsciente que, segundo ele, seria o ensejo para a religião. Assim ao contrário do animal que tem a vida interior idêntica à exterior, através da consciência que o homem tem de si, ele torna sua essência objeto, ele se relaciona consigo mesmo podendo tornar-se eu e tu e é nessa relação que está fundamentada a ideia de Deus (FEUERBACH, 2009, pp. 35-36). Desta forma, podemos ver que para Feuerbach a consciência de si é um pressuposto da religião. Seria essa característica que lhe daria possibilidade de o homem tornar-se objeto de si mesmo e esse seria o caráter fundamental de toda religião, a saber, a transformação pelo homem de seu gênero, sua essência, em objeto para si mesmo. Isto revela que a religião está posta no ato do relacionamento do homem consigo mesmo, onde a sua essência é objeto. A consequência disso para Feuerbach é sua afirmação peremptória de que ao dizer que ao conhecer a religião, o homem conhece nada mais que a essência do homem objetivada. Assim, Feuerbach reduz a teologia, o estudo de Deus e da religião, a fenômenos antropológicos, ou seja, teologia nada mais é que antropologia, o fenômeno da religião nada mais é que o conjunto dos sentimentos do homem objetivados, onde o conhecimento de Deus é o conhecimento do homem, isto é, o conhecimento que o homem tem de si.

Com isso, desvela-se a intenção ampla do autor em consumir a crítica reductiva da religião em geral, sendo seu objetivo específico superar sua figuração presente na filosofia hegeliana. O que ele propõe no lugar disso seria uma espécie de materialismo “imanentista-naturalista” (VAISMAN, 1996, p. 117) que marcará todo seu pensamento. Desta forma Feuerbach se apresenta como filósofo da materialidade e da antropologia, ou seja, do estudo do homem, que transpôs o fundamento verdadeiro, mistificado então pelo idealismo hegeliano, para a realidade e sobre a égide das condições da imanência materialista. Do ponto de vista filosófico, com a radicalidade do pensamento de Feuerbach, o materialismo se instala provocando assim uma revolução ontológica, de forma que, o ser é concebido e sustentado a partir da realidade imediata, onde o absoluto pensado por Hegel dá lugar ao ser sensível (CHASIN, 2009, p.44). O cerne de sua crítica estabelecia que as ordens de sustentação da vida humana não estariam dispostas para além das determinações espaciais dos sujeitos e seus atributos.

A partir da crítica de redução da teologia à antropologia, ou seja, redução à dimensão do homem, Feuerbach abre o caminho para a crítica prática da religião. Dissera que o cristianismo divorciara o homem da vida plena e natural em contraposição a busca de uma vida subjetiva e vazia. Mostra a sociedade moderna mergulhada numa crise sem precedentes dizendo que o foco estava na divergente relação entre o indivíduo e essência genérica. Esta crise quebrou as estruturas da relação do homem com a natureza, do homem consigo e da consciência com a essência. Nesta perspectiva, para Feuerbach o cristianismo é a religião que extrai o caráter primitivo da essência do homem e extingue sua relação com a natureza. É responsável pela subjetivação da vida humana, onde o ser concebe a si mesmo de modo afastado de sua verdadeira essência, ou seja, sua natureza. O homem exalta Deus, dotado das mais puras qualidades, em detrimento da diminuição do ser do homem, falho e pequeno. Deus e homem estão polarizados de forma que Deus é positivo e o homem negativo, e é aqui, com a entropia da natureza humana, que se revela verdade histórico-cultural da época. Sobre isso Feuerbach diz:

O Cristianismo estabeleceu como meta a realização dos desejos irrealizáveis do homem e exatamente por isso deixou de lado os desejos atingíveis do homem; ele arrancou o homem à vida temporária através da promessa da vida eterna, arrancou-o à confiança em suas próprias forças através da confiança na ajuda de Deus, arrancou-o à fé numa vida melhor na terra e do esforço para consegui-la através da fé numa vida melhor no céu. O cristianismo deu ao homem o que ele deseja em sua imaginação, mas exatamente por isso não deu o que ele exige e deseja na verdade e na realidade. Em sua imaginação exige ele uma felicidade celestial, excessiva, mas na verdade ele deseja é uma felicidade terrena, comedida. (FEUERBACH, 2009, p. 313-314).

Feuerbach concebe o homem como um ser individual fechado em si, e um ser universal, que sustenta a ideia de estar inserido em uma comunidade onde se fundamenta os princípios da humanidade. O homem é um ser comunitário, e essa característica alimentaria a ideia universal do homem como ele é. Assim cada parte desta comunidade, cada homem, seria detentor da essência da humanidade. Sendo o homem um ser comunitário,

pertencente a uma rede marcada, especificamente, pela união das características universais. Tendo a religião como ator entrópico destas características, ela gradualmente reforçaria a caminhada para a dissolução do próprio sentido de humanidade. É neste contexto que Feuerbach baseia sua defesa da emancipação da consciência humana. O homem deveria abdicar das crenças baseadas em ideias impossíveis, que tem como fundamento a crença no transcendente, naquilo que não se prova pelos dados da sensibilidade, fortalecendo os laços puramente humanos e reforçando a produção cultural histórica da própria humanidade. É a partir do ponto culminante do materialismo trazido à tona por Feuerbach, que Marx se debruça, elencando preposições que marcam seu pensamento assim como sua produção teórica.

De certa maneira, podemos compreender o empreendimento feuerbachiano como o lançamento de uma postura completamente nova para o âmbito do pensamento alemão de então. Na interpretação de Lukács, esse momento traduz uma verdadeira viragem ontológica na questão do ser, de forma que, a identificação da religião como mecanismo alienante em Feuerbach abriu o caminho para a concepção verdadeiramente real do homem que se estabelece a partir de suas próprias determinações numa ocasião de primazia do ser objetivo em relação ao pensamento, ou seja, “*o pensar procede do ser, mas não o ser do pensar*” (FEUERBACH, 1988, p. 21). Feuerbach assim deu um passo importante para a compreensão do ser em sua especificidade sensível, aniquilando as possibilidades da filosofia especulativa. Se de fato Marx mantém-se apegado ao vocabulário e aos problemas levantados por Feuerbach, isso de certa forma deve-se ao caráter completamente insurgente e preponderante desse pensamento onde se postulava uma cisão objetiva com a filosofia reinante de outrora.

2. MARX E A ALIENAÇÃO DO HOMEM COMO FRUTO DE SUA PRODUÇÃO MATERIAL

No que tange ao pensamento marxiano precedente ao ano de 1843, datado entre a produção de sua Tese Doutoral e os artigos da *Gazeta Renana*, reconhece-se a forte influência do idealismo em seu pensamento. Marcado por um democratismo radical, aqui se vê um jovem pensador influenciado pela grandiosidade institucional da filosofia hegeliana, apesar de já esboçar um distanciamento considerável do pensamento de Hegel. Sobre tal questão Chasin diz que:

Com efeito, nos textos redigidos para a *Gazeta Renana*, Marx é um adepto exímio da vertente clássica e de origem tão remota quanto a própria filosofia - que identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade (...). Em suma, à época, Marx estava vinculado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à *determinação ontopositiva da politicidade*, o que o atava a uma das inclinações mais fortes e características do movimento dos jovens hegelianos. (CHASIN, 2009, p. 49)

Num relato do próprio Marx, contido no prefácio de 1859 da *Crítica da Economia Política*, ele relata que entre 1842 e 1843 insurgiu-se a necessidade de um maior conhecimento quanto à compreensão dos enquadramentos de acontecimentos específicos de seu contexto. Foi neste instante que decidiu retirar-se a seu gabinete de estudos no intuito de desenvolver seu pensamento e dessa retirada nasce a uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel. A partir deste momento compreende-se a disposição marxiana de crítica à filosofia de Hegel, inspirado pela novíssima concepção trazida por Feuerbach e sua inversão da lógica hegeliana contida desde já na obra, *Crítica da Filosofia de Hegel* de 1839. Essa influência era tal Chasin ressalta o fato de que Marx considerava Feuerbach “*único neohegeliano a acertar contas com a dialética hegeliana e a substituir a embriaguez especulativa por um pensamento sensato*” (CHASIN, 2009, p. 225).

Embebido pelo forte impacto trazido pela filosofia feuerbachiana, que invertera o princípio da dialética de Hegel de modo a suprimir aquele misticismo da filosofia reinante de outrora, Marx, assim como boa parte dos chamados jovens hegelianos, concentra-se sobre a inovadora filosofia de Feuerbach, captando a necessidade de uma inversão filosófica, que agora deveria estar sobre as bases do materialismo. De acordo com a teoria marxiana a filosofia de Feuerbach pôs o homem em seu devido lugar desvelando sua verdadeira posição no processo dialético ao atacar as bases da especulação filosófica. Ao exame mais cuidadoso dos escritos de Marx, haverá a

percepção da rápida assimilação deste ao conteúdo do autor de *A essência do cristianismo*. Nesta análise, as chamadas *Glosas* formuladas em 1843, indicam prontamente a apropriação de Marx do conteúdo antiespeculativo que marcara boa parte dos escritos de Feuerbach. No caso em questão, vemos tal inclinação se destacar mais inicialmente na chamada *Crítica da filosofia do direito de Hegel, de 1843*, obra onde Marx se debruça a uma crítica do modo como Hegel compreendia a organização do Estado e dos preceitos que este havia desenvolvido para tal. Assim, nesta obra Marx afirma que em Hegel “o conteúdo concreto, a determinação real, aparece como formal; a forma inteiramente abstrata de determinação aparece como o conteúdo concreto” (MARX, 2010, p.38). Inegavelmente, esta concepção tem como pressuposto imanente as considerações de Feuerbach tanto sobre o caráter da filosofia especulativa hegeliana quanto sobre a crítica da religião. A posição de Marx ficará explicitada quando diz que “na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (MARX, 2010, p. 145). Assim, de início, Marx concorda piamente com Feuerbach a respeito da crítica à religião. Em uma de suas frases famosas ele diz: “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (MARX, Karl. 2010, p. 145). Com isso, Marx está querendo dizer que a religião é um entorpecente, um tipo de droga que impede o ser humano enxergar a realidade ao mesmo tempo que faz ele aguentar entorpecido todos os seus problemas. A crítica filosófica da religião para Marx seria a crítica histórica primordial para as demais. Assim, as condições para a implementação da crítica de Marx da alienação estavam postas. Vemos isso quando ele diz:

Portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da **autoalienação** [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a **autoalienação** nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (MARX, Karl. 2010, p. 146, grifo nosso).

Assim, por mais que Marx anunciasse que a crítica da religião estivesse encerrada com Feuerbach, já podemos ver um ponto fora da curva em relação à filosofia de Feuerbach. Mais especificamente, Marx dá uma ênfase às críticas do direito e da política, o que era inédito para Feuerbach. Importante ressaltar também que na *Introdução* a esse texto, Marx irá lançar pela primeira vez em sua trajetória o uso do conceito de classe (MARX, 2010, pp. 154-156), ou seja, ele via, tal como Feuerbach, a crítica da religião como primordial, mas aponta já para uma crítica social envolvendo o direito, a política e visão do mundo dividido em classes. Essa ênfase nunca mais sumirá do horizonte de suas produções. Assim, tendo aproveitado de Feuerbach a crítica ao idealismo especulativo de Hegel, o materialismo e a crítica à religião como alienação, Marx irá se apropriar especialmente deste conceito de alienação [*Entfremdung*] aplicando-o à sua crítica própria do direito e da política, ou seja, de elementos inerentes à sociedade civil. Assim, ao dar ênfase ao funcionamento desses elementos da sociedade civil, território pouco explorado pelo materialismo antropológico de Feuerbach, Marx vai demonstrar o germe de sua rápida distinção diante da filosofia feuerbachiana, postulando “a crítica verdadeiramente filosófica da atual constituição do Estado” (MARX, 2010, p. 108).

Para Hegel as determinações do Estado seriam determinações da vontade enquanto Ideia feita sujeito (HEGEL, 1997, p. 25). Tal crítica estaria disposta agora diante do problema político de organização social, outrossim, como problema do Estado, local de base do real universo trazido à tona. Sobre isso vejamos a contraposição de Marx:

A existência dos predicados é o sujeito: portanto, o sujeito é a existência da subjetividade etc. Hegel autonomiza os predicados, os objetos, mas ele os autonomiza separados de sua autonomia real, de seu sujeito. Posteriormente, o sujeito real aparece como resultado, ao passo que se deve partir do sujeito real e considerar sua objetivação. (MARX, 2010, p. 44).

Assim, nota-se que a postura de Marx diante de Hegel não se encerra na mera formalização de uma inversão lógica, mas se estabelece ancorado sob as bases de uma ruptura ontológica, pois agora compreende o ser em seu fim, a partir das estruturas da efetividade do mundo material. Em sua especificidade, a *Crítica de 1843* apresenta-se diante da inequivocidade da abordagem político-social em desvelar a verdadeira relação disposta na problemática sobre o ser, de forma que se apresenta em uma distinção objetiva para com o naturalismo de Feuerbach. Por conseguinte, em sua carta a Ruge, de 1843, Marx depõe que “todo o nosso propósito só pode consistir em colocar as questões religiosas e políticas em sua forma humana autoconsciente, que é o que ocorre também na crítica que Feuerbach faz à religião” (MARX, 2010, p. 72). O que Marx faz é dar importância devida a nova visão materialista, buscando ao contrário de Feuerbach, aprofundar sua análise sobre as condições materiais que ditam a condição humana em geral. Por fim, trata-se de um período de transição que trouxe à tona a singularidade da nova concepção materialista, apoiada pelo projeto feuerbachiano, entretanto que não se conteve a essa determinação, mas tratou de elucidar a especificidade última de sua teoria dispondo-se, acima de tudo, na problemática da crítica à política, assim como do ser e seus atributos na forma de sua organização social.

Em um texto não publicado, datado de 1844, denominado posteriormente *Manuscritos econômico-filosóficos*, vemos contida ainda mais especificamente a distinção da compreensão marxiana sobre o papel da objetividade na constituição do homem. Marx agora em seu itinerário põe sobre a ordem do dia os pressupostos de uma investigação da anatomia da sociedade civil. Tal expressão se caracteriza ao trazer sobre as bases do pensamento filosófico os engendramentos das categorias econômicas como especificidade da compreensão da realidade das relações humanas. Isso é atestado por Lukács quando afirma que “Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana” (LUKÁCS, 2012, p. 284). De certa forma Marx caminha para uma teoria materialista da história, tendo o homem como sujeito vital no processo de autoconstituição de si mesmo pelo trabalho.

Segundo a concepção marxiana nos *Manuscritos de 1844*, o homem se realiza enquanto *atividade vital consciente*, ou seja, essência da vida ativa de produção pelo trabalho que o distingue da vida animal. Nesta concepção é pelo reconhecimento e apropriação do produto de seu trabalho que nasce sua identidade. Sendo, entretanto, nesta condição que “quanto mais objetos o trabalhador possuir e tanto mais cai sob a dominação de seu produto, do capital” (MARX, 2015, p. 305). O papel realizador do trabalho, ao modo que se o seu produto se aparta de si, se transforma em “*desrealização do trabalhador*”, e esta é a condição de alienação fundante no homem e no papel de sociabilidade na sociedade. Ao passo que a resposta de Feuerbach sobre o afloramento e manutenção do pensamento alienante no homem, surge do próprio condicionamento da consciência da essência de si próprio, ou seja, no pensamento e no sentimento do próprio homem, Marx irá por sobre a incumbência da determinada disposição sócio-histórica (MARX, 2015, p. 346). Para Feuerbach a alienação do homem se dá pelo objeto de sua produção espiritual e subjetiva. Para Marx a alienação do homem é fruto de sua produção material, ou seja, do trabalho e das relações sociais da sociedade produtora.

Mais especificamente, nos *Manuscritos*, Marx salienta dois tipos de alienação: aquela que se dá na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, ou seja, em relação à mercadoria, e aquela que se dá entre o trabalhador e o trabalho mesmo. Por um lado, Marx identifica que no processo de produção capitalista, o trabalhador tende a não se reconhecer no produto de seu trabalho. Esta análise de Marx toma como fundamento a ideia de que o trabalhador muitas vezes é responsável apenas por um pequeno objeto que, unido de outros, formará a mercadoria a ser comercializada. Por outro lado, diria Marx que o trabalhador não se reconhece em seu trabalho de modo geral porque é o trabalho que o domina. Ele cumpre apenas suas funções designadas sem que isso manifeste nada de sua “verdadeira vida genérica”. Ele produz apenas um outro sem nem mesmo desfrutar do produto derivado do seu esforço de trabalho. Isso é fácil de imaginar concebendo que os seres humanos, enquanto força de trabalho, produzem as mercadorias, repassam para os donos dos meios de produção, estes repassam para os comerciantes que, por sua vez, as comercializam a um preço que os trabalhadores não conseguem comprar. Esta lógica de funcionamento é fundamental para entender neste momento o conceito de alienação de Marx associado especificamente à alienação do trabalho. Por exemplo, dizemos que o trabalho é alienado tal qual dizemos que um carro é alienado quando não terminamos de pagar todas as suas prestações, ou seja, alienado se refere aqui a algo que não é próprio. Pois, se o trabalho é alienado, o trabalhador não se reconhece nele e sua subjetividade é corrompida por uma lógica de funcionamento falsa da sociedade. Mas deveríamos, portanto,

perguntar, qual seria a face verdadeira da realidade? Marx diria, nesta altura, que o seu “ser genérico”, ou seja, sua essência, é sua atividade consciente, ou seja, a essência do homem é o exatamente oposto à sua alienação. Vejamos:

A atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico. Ou ele só é um ser consciente, i. é, a sua própria vida é para ele objeto, precisamente porque ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é atividade livre. O **trabalho alienado** inverte essa relação até que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua **essência**, apenas um meio para sua existência (MARX, Karl, 2015, p. 312, grifo nosso).

Importante notarmos então que o conceito de alienação, nestes primeiros escritos, está intimamente ligado à ideia de uma essência humana, ou seja, alienado é todo trabalho que não é consciente, o trabalho através do qual o trabalhador não se reconhece, o trabalho que não promove a essência humana enquanto ser consciente. Se a essência do homem é ser consciente, podemos dizer que para Marx, nesta etapa, o fundamento de sua crítica à alienação tem por base não fundamentalmente a realidade concreta, mas as ideias dessa realidade enquanto realização do ideal do homem, pois toda consciência pressupõe algo consciente do qual podemos chamar de ideia. Ou seja, a noção de alienação como falsa-consciência fazia com que Marx ainda trabalhasse com categorias ideais, típicas do hegelianismo, que o levavam a compartilhar o princípio de que as ideias originam as contradições presentes na história. Além disso, a maneira como Marx disserta sobre o homem como motor vital de produção de realização de si próprio no trabalho traz à tona uma visão ainda filosófica-antropológica interpretando a natureza ao molde feuerbachiano quando diz que “a própria história é uma parte da real história da natureza, do devir da natureza até ao homem” (MARX, 2015, p. 355). Assim, de algum modo parece claro que Marx ainda fundamenta a solução ao problema da religião como um problema fundamentalmente ideal-antropológico, o que mobilizaria ainda uma noção de essência humana a ser cumprida em detrimento da condição da alienação que o ser humano se encontrava. A fundamentação de seu conceito de alienação como subversão da subjetividade estaria ancorada numa concepção que ele mesmo, mais tarde, considerou equivocada e a reviu.

3. O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Certamente foi com base em uma tentativa de revisar esses pontos que Marx mais tardiamente, em seu *A ideologia alemã*, escrito entre os anos 1845 e 1846 juntamente com Friedrich Engels, lançou uma forte crítica a toda ala dos jovens hegelianos, cunhando de uma vez por todas o conceito de ideologia. Vejamos:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra **ideologia**, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. **Não é a**

consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX, Karl, 2007, p. 94, grifo nosso).

Ideologias, portanto, são derivadas do modo de produção humana, ou seja, o modo de produção molda a consciência e não há nenhum tipo de essência humana a ser realizada. A noção de essência humana é por si derivada dos processos ideológicos como a moral, a religião e a metafísica. Mas de que maneira as ideologias derivam do modo de produção humana? Marx colocará a resposta na naturalização que surge da divisão social do trabalho. Como explica Marilena Chauí,

Essa divisão, que já se inicia na própria família, conduz à separação entre pastoreio e agricultura, entre ambos e a indústria e entre os três e o comércio. Estas separações conduzem à separação entre cidade e campo, ao mesmo tempo em que, no interior de cada esfera de atividade, novas formas de divisão de trabalho se desenvolvem” (CHAUÍ, Marilena, 1983, p. 61).

Assim, Marx detecta na sociedade capitalista um tipo de estabilização e fixação de determinadas formações sociais dotadas de tarefas e atividades distintas. Essa estabilização e fixidez duradoura gera um certo tipo de naturalização de tais tarefas, como se elas não fossem instituídas socialmente. Deste modo, por exemplo, não seria nenhum absurdo afirmarmos que Marx afirmaria que a causa de dizermos que tal pessoa tem talento para determinada atividade é a mesma de afirmarmos que negros foram feitos para serem escravos ou mulheres para as atividades domésticas. Ou seja, trata-se especificamente de um processo de naturalização, o que na história ocorre com relação a uma determinada organização ou condição social, ou seja, como elas estivessem encrustadas no modo natural de ser das coisas e não fossem observadas sob o prisma das condições histórico-materiais. Assim, Marx diria que essas naturalizações já são, por si, discursos ideológicos, ou seja, um sistema ordenado de ideias como algo separado e independente das condições materiais⁶.

A respeito do acirramento da produção de ideologia, Marx dirá que ocorrerá no momento histórico onde a divisão do trabalho produz dois tipos fundamentais de trabalho, qual seja, o trabalho material, de produção de coisas, e o trabalho intelectual de produção de ideias. Marx dirá que:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. (MARX, Karl, 2007, pp. 35-36).

⁶ Marilena Chauí explica o processo de manifestação de Ideologia de modo bastante preciso: “Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema de ideia ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existências. E sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias. Ou seja: as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. [...] as ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens” (CHAUÍ, Marilena, 1983, p. 66).

Assim se explica a relação da Ideologia com a crítica de Marx àquilo que ele chamou de Ideologia alemã, ou seja, ao conjunto de ideias difundidas pelos chamados hegelianos de esquerda que em vez de partirem de uma análise concreta das relações humanas e suas condições históricas, elaboraram suas críticas com base também em naturalizações ideológicas. Mais especificamente, eles criticam a falsa consciência dos homens, não atacam aquilo que produz a falsa consciência dos homens, qual seja, o modo de produção material vigente e, além disso, sugerem uma solução que apenas replica a ideologia. Feuerbach é um dos exemplos disso: ele parte da percepção de que há um ser humano ideal, logo, faz sua crítica da religião dizendo que o homem projeta sua essência para fora de si e propõe que o homem volte a si mesmo, promovendo sua essência humana. Mas Marx agora entende que não há essência humana em si, ou seja, não há seres humanos dissociados de classes sociais, de seus papéis e suas relações em sociedade.

Vemos, deste modo, como Marx empreende uma análise sobre as condições sócio-históricas a fim de, a partir daí, retirar seu conceito de Ideologia, diferentemente da noção de alienação que pressupunha ainda uma realização ideal da essência humana, o que ocorreu através das influências iniciais de Hegel e Feuerbach. Desta forma, o conceito de alienação se coaduna com o de ideologia no sentido de que a ideologia nada mais é do que a naturalização histórica do processo de alienação, o que ocorre por meio de ideias falsas sobre o verdadeiro funcionamento da realidade social e das condições sócio-históricas. A manifestação histórica do processo de Ideologia é analisada por Marx a partir da produção críticas de alguns pensadores coetâneos, resumidos como a ala da esquerda hegeliana. Esses pensadores fazem com o que a alienação seja alargada, produzindo ideologia, a partir do momento em que mesmo a tentativa de crítica que empreendem, que brotava ao modelo de organização social, apenas manifestava um falso diagnóstico, mais especificamente, uma falsa compreensão da verdadeira mazela. Para Marx, portanto, foi assim que Feuerbach e os hegelianos de esquerda produziram ideologia, de modo que, “eles necessariamente colocam a questão de cabeça para baixo e veem na sua ideologia tanto a força motriz como o objetivo de todas as relações sociais, enquanto ela é tão somente sua expressão e seu sintoma” (MARX, Karl, 2007, p. 405).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feuerbachiano de interpretação da realidade do homem, tendo a religião como alienação que extrai do homem seus atributos essenciais e projeta-os para fora de si, abriu caminhos para o desvelamento necessariamente objetivos da efetiva compreensão sobre o ser. Se Feuerbach ainda se encontra preso a uma problemática embrionária que não reconhece o homem como produto de seu trabalho, Marx o faz de forma categorial. Agora a alienação surge do próprio estranhamento do homem com o produto de seu trabalho. Se não podemos afirmar categoricamente que Feuerbach dá o devido valor a atividade prática, podemos dizer que ele é quem, de certa forma, lança as bases, resgata e constitui o núcleo estruturante da teoria materialista-prática no século XIX. De fato, com sua proposta de uma reformulação na filosofia, reorganizou o *leitmotiv* filosófico da Alemanha em sua época, de maneira que retomou as tradições materialistas e humanistas que reforçavam sem precedentes os ideais do secularismo na sociedade de sua época. Através deste legado Marx incorpora conceitos da filosofia feuerbachiana, assimilando diversas proposições. A tradição filosófica formada em torno de Feuerbach e Marx destronou as estruturas do idealismo hegeliano especulativo na Alemanha, sustentaram inicialmente as bases de um humanismo e desenvolveram a postura materialista nas interpretações acerca da realidade. Tais atuações estão intimamente ligadas de forma que entender a filosofia feuerbachiana é pressuposto para a compreensão das obras de Marx, assim como é pressuposto para a compreensão posterior de todo núcleo filosófico alemão no século XIX.

Assim, podemos dizer que a assimilação que Marx faz da crítica da filosofia especulativa feuerbachiana projetou no autor uma maneira única de interpretar a realidade, que não se limitava a concepção de Feuerbach, mas introduziu o aspecto central da valorização da sociabilidade. O caminho da concepção materialista no período abordado parece introduzir assim uma disposição que se apresenta com enfoque da sensibilidade em Feuerbach e se completa a partir da valorização da atividade sensível em Marx. Neste ponto já se é notável a importância dos escritos de Feuerbach no pensamento e na formulação da doutrina marxiana. O que cabe aqui ressaltar é que de certa forma, as postulações de Marx não se encerram a partir da herança feuerbachiana, mas de certa forma fazem um movimento contínuo de assimilação de tais ideias e posteriormente as superam. Marx absorve diversos

pontos de tal filosofia e posteriormente a instrumentaliza de forma a emancipar-se de seu idealizador. Toma para si aspectos da crítica da religião de Feuerbach, e a partir desses mesmos aspectos se emancipa e instrumentaliza uma crítica considerável à própria filosofia feuerbachiana. Para Marx a condição da religião deveria ser explicada de acordo com a realidade histórica, ou seja, nas condições sociais do ser que fundamenta a religião, isto é, o homem. A condição histórica da sociedade é a condição de exploração, a condição de desigualdade social, e de mazela econômica. Segundo Marx, é a condição de desigualdade econômica gerada pela exploração do trabalho que, ao gerar a alienação, fundamentam a religião. Desta forma a religião é um instrumento necessário para a sociedade capitalista desigual, porque a justifica.

Sobre a noção desenvolvida de ideologia, nos parece que Marx apresenta os atributos que nos permitem dizer que lutar contra a ela seria, como a metáfora de Rubem Alves, lutar contra moinhos de vento (ALVES, Rubem, 1996, pp. 57-58). A questão para Marx consistia em mudar a realidade social, uma vez que, enquanto existir alienação do trabalho, haverá ideologia, e esta sempre prezarà pela manutenção da ordem vigente através da naturalização de processos construídos socialmente. Na análise de Marx, a ideologia sempre estará do lado das classes dominantes, daquelas interessadas neste modelo de produção que privilegia poucos e subjugam muitos. Vimos desta maneira que Marx foi um pensador que buscou à sua maneira oferecer um diagnóstico sobre a origem de elementos que estão presentes em nossas vidas e não questionamos. Por exemplo, ninguém questiona a ideia de que a educação deve ser para todos, contudo, à luz do que apresenta Marx, essa afirmação conteria elementos ideológicos inerentes, pois trata-se de um ideal que não se baseia numa análise da realidade concreta. Se fizesse veria que o atual modelo de produção engendra uma contradição entre os que produzem a riqueza material e aqueles que usufruem dela, de modo que, como alguns estão sempre excluídos do usufruto dos bens que produzem, estarão excluídos da educação, que é um desses bens. O pensamento de Marx, assim, vai ao encontro da investigação social ao passo que pretende oferecer um modo de compreender ideias e noções que replicamos sem a devida reflexão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo: Ars Poetica, 1996.

BEISER, Frederick. **Depois de Hegel: a filosofia alemã de 1840 a 1900**. Tradução de Gabriel Ferreira. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2017.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: editora brasiliense, 1983.

FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. Tradução: José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Preleções sobre a Essência da Religião**. Tradução: José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Princípios da filosofia do futuro**. Tradução: Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx: 1843-44: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIANNOTTI, José. Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

HEGEL, G. W. F. **A Fenomenologia do Espírito**. Tradução: Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Filosofia do Direito**. Tradução: Paulo Meneses. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Enciclopédia das ciências filosóficas: Ciência da Lógica**. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 2012.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÁRKUS, György. **Marxismo y “Antropologia”**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl e Friedrich Engels. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo. 2006.

SOUZA, D. G. de. **O ateísmo antropológico de Ludwig Feuerbach**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. Tese de Doutorado (Educação). UFMG/FAE, Belo Horizonte. 1996.